

NOTA TÉCNICA

PEC 241 pode tirar até 90% do orçamento finalístico da cultura em cinco anos

por João Brant¹

A aprovação da PEC 241 poderá afetar profundamente o orçamento da cultura. Mantidas as condições atuais, em cinco anos a pasta pode perder 33% do seu orçamento nominal, o que significaria a perda de cerca de 90% de seu orçamento voltado para ações finalísticas, o que inclui todos os editais, obras (inclusive do PAC Cidades Históricas) Fundo Nacional de Cultura, convênios com estados e municípios, entre outros.

O Orçamento do Ministério da Cultura, exceto pessoal e despesas financeiras, está dividido em:

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

	2016
TOTAL	730.354.972
Despesas obrigatórias (benefícios servidores)	32.910.626
Manutenção e funcionamento de unidades	319.490.120
Ações finalísticas (editais, obras, Fundo Nacional de Cultura etc. - inclui PAC e emendas de bancada estadual e comissões. Não inclui emendas individuais)	377.954.226

O orçamento discricionário do MINC suporta todas as ações de manutenção, funcionamento e ações finalísticas do Ministério da Cultura, incluindo suas sete entidades vinculadas – Ancine, Funarte, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares, Ibram e Iphan.

A única despesa relevante do MinC que não estaria incluída no teto da PEC é a porção de investimentos retornáveis do Fundo Setorial do Audiovisual, que por ser considerado despesa financeira fica fora do cálculo das despesas primárias e portanto dos limites estabelecidos.

O Ministério da Cultura não tem um piso definido e, em momentos de ajuste fiscal, sempre acaba sofrendo cortes. Em 2015, em meio ao forte ajuste, houve um grande esforço para reduzir as despesas com manutenção e funcionamento de unidades em mais de 20%, sobrando pouco espaço para novos cortes sem comprometer o funcionamento básico das vinculadas.

Para calcular o impacto no orçamento do MinC do teto estabelecido para PEC é preciso saber o que ocorre com as outras despesas que constam do orçamento. Para isso, utilizou-se como referência o estudo de Manoel Carlos Pires², economista do Ipea que analisa os efeitos da PEC nas despesas discricionárias do Governo Federal.

Para calcular o impacto sobre as discricionárias, o pesquisador considerou a estimativa de crescimento das despesas previdenciárias e a necessidade de manter despesas obrigatórias com assistência social, saúde, FAT e pessoal, além do piso mínimo de despesas com educação. O estudo tem por base os seguintes parâmetros estimativos:

¹ Ex-Secretário Executivo do Ministério da Cultura (janeiro de 2015 a maio de 2016)

² PIRES, Manoel Carlos de Castro. Análise da PEC 241. mimeo. Brasília, 2016.

Parâmetros	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inflação	7,20%	4,80%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
PIB	-3,10%	1,20%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%
Benefícios previdenciários	3,80%	3,10%	3,10%	3,10%	3,10%	3,10%
Benefícios assistenciais	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Crescimento real saúde	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

Considerando os parâmetros acima, a estimativa é de decréscimo do espaço para acomodar as despesas discricionárias, conforme mostra o quadro abaixo.

Impacto sobre despesas – Projeção dos impactos da PEC – em R\$ bilhões

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas totais	1230	1319	1382	1444	1509	1577
Principais obrigatórias	966	1060	1148	1226	1310	1399
Pessoal	259	284	313	329	345	363
Previdência	503	561	606	653	704	758
FAT	60	58	61	64	68	72
LOAS	49	54	58	64	69	75
Saúde	95	103	110	116	123	131
Demais despesas	264	259	234	218	199	178

Se mantida a mesma proporção do orçamento do Ministério da Cultura perante as outras áreas, o que nem sequer é garantido, os valores entre 2016 e 2021 seriam os seguintes:

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Orçamento	730.354.972	716.522.491	647.360.089	603.096.151	550.532.725	492.436.307
Manutenção e funcionamento de unidades	319.490.120	342.493.409	358.933.092	375.085.081	391.963.910	409.602.286
Despesas obrigatórias (benefícios)	32.910.626	35.280.191	36.973.640	R\$ 38.637.454	40.376.139	42.193.065

Inflação estimada	7,2%	4,8%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Ações finalísticas (editais, obras, transferências, Fundo Nacional de Cultura etc. - inclui PAC e exclui emendas individuais)	377.954.226	338.748.892	251.453.356	189.373.616	118.192.676	40.640.955
Variação finalísticas em relação a 2016		89,63%	66,53%	50,10%	31,27%	10,75%

Nesta simulação, as despesas de manutenção e funcionamento foram corrigidas pela inflação, por serem, em sua maioria, contratos de prestação de serviços com reajuste obrigatório. O mesmo parâmetro foi utilizado para os benefícios aos servidores (despesa obrigatória).

A situação se torna ainda mais impactante se considerado que o orçamento de 2016 já é o menor orçamento discricionário da cultura desde 2007, tendo por base valores nominais. Além disso, as despesas com manutenção e funcionamento de unidades já foram diminuídas em mais de 20% em 2015, o que dificulta a diminuição de sua participação no orçamento.

A queda de quase 90% do orçamento voltado a ações finalísticas implicaria, na prática, na paralisação de todas as ações do Ministério da Cultura, incluindo os editais voltados às artes cênicas, literatura, música e artes visuais, editais de pontos de cultura, ações voltadas à cultura negra, obras de patrimônio cultural e exposições de museus, financiamentos não-retornáveis do Fundo Setorial do Audiovisual, além de ações de digitalização da Biblioteca Nacional, bolsas da Fundação Casa de Rui Barbosa e todas as ações financiadas pelo Fundo Nacional de Cultura.

Esse resultado ocorreria em apenas cinco anos de vigência da PEC, e fatalmente implicaria na busca de soluções como fechamento ou transferência de instituições e unidades para a iniciativa privada, pois seria impossível manter o orçamento para manutenção desses órgãos.